



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9446

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Ribeiro Prates

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Normas, Obrigações, Proibições e Regulamentos

Autoria: Valcir Soares da Silva

Data: 25/04/2017

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 25/2017. Dispõe sobre a obrigatoriedade de agências bancárias e shopping centers do Município, terem um profissional capacitado para se comunicar em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. (Referente à Lei nº 4.995, de 01/09/2017).

Controle Interno – Caixa: 17.1

Posição: 43

Número de folhas: 07

Especie: P. L
Categoria: Normal
x: 37.3
Ordem: 43
nº folhas: 05

nº 22/2017



30.05.2017

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 25/2017

AUTOR:

Ver. Valcir Soares Silva

Lei nº 4.995, de 01/09/2017

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Obrigatoriedade de Agências Bancárias e Shopping Centers, de nosso Município, da Presença de Um Profissional Capacitado para se Comunicar em Língua Brasileira de Sinais – Libras.

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 - Entrada em 25/04/2017
Comissão de Legislação e Justiça.
- 3 -
- 4 - APROVAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 5 - EM 30-05-2017
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ROJETO DE LEI Nº

25

Dispõe sobre a obrigatoriedade de agências bancárias e shopping centers, de nosso Município, da presença de um profissional capacitado para se comunicar em Língua Brasileira de Sinais - Libras.

O povo do Município de Montes Claros - MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte, Lei:

Art. 1º Ficam obrigadas as atividades comerciais de agências bancárias e shopping centers, do Município de Montes Claros, a disponibilizarem, pelo menos um funcionário em cada agência capacitado para se comunicar em Língua Brasileira de Sinais - Libras para atender pessoas com deficiência auditiva.

Art. 2º Os estabelecimentos supra citados, deverão afixar em local acessível e de fácil visualização, a indicação de que possuem um funcionário apto para o atendimento com a Língua Brasileira de Sinais e o número da presente Lei.

Art. 3º O não cumprimento do disposto nesta Lei implica nas seguintes sanções:

- I- multa no valor de R\$1.000,00 (hum mil reais) na primeira ocorrência;
- II- multa no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) na segunda ocorrência;
- III- multa no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), e suspensão de 60 (sessenta) dias do alvará de funcionamento, na terceira ocorrência;
- IV- Cassação definitiva do alvará de funcionamento, na quarta ocorrência.





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Art. 4º As mudanças e adequações das unidades comerciais referidas nesta Lei, deverão ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, inclusive quanto a divulgação dentro do estabelecimento, da presença do profissional.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal,


Valcir Soares Silva
Vereador do PTB

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei que estamos solicitando a apreciação dos nobres vereadores dispõe sobre a obrigatoriedade nas agências bancárias do Município de Montes Claros, da presença de um profissional capacitado que saiba a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. A proposta tem o objetivo de inserir cada vez mais as pessoas com deficiência auditiva ou surda nos segmentos que necessitem de um maior cuidado no atendimento, no caso o ramo financeiro.

A ausência dos intérpretes de LIBRAS pode expor as pessoas com deficiência auditiva ao constrangimento e dificuldade de diagnóstico, uma vez que elas nem sempre conseguem se expressar verbalmente, ainda mais, em locais que tratam de aplicações financeiras.

Oficializada pela Lei Federal nº 10.436/2002, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS foi reconhecida com a Língua Oficial da pessoa surdas, além de ser o segundo idioma brasileiro.

A obrigatoriedade de um intérprete de Libras em todas as agências bancárias no Município de Montes Claros será um passo importante para viabilizar a integração desse segmento da população, e reconhecimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
6 JUSTIÇA
EM 25 DE ABRIL DE 2012

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 30 DE MARÇO DE 2012

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

da cidadania e direitos significativos e fundamentais para o convívio de forma igualitário na sociedade.

Estão garantidas no Brasil, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da língua brasileira de sinais como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. De acordo com as normas legais em vigor no País, as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva.

Valcir Soares Silva

Vereador do PTB



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 25/2017 que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de agências bancárias e shopping centers, de nosso Município, da presença de um profissional capacitado para se comunicar em Língua Brasileira de Sinais - Libras.", de autoria do Vereador Valcir Soares Silva.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O projeto em comento tem como objetivo obrigar agências bancárias e shoppings centers a ter um funcionário capacitado em LIBRAS para atendimento ao público.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 26 de abril de 2017.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 25/2017

AUTOR: Ver. Valcir Soares Silva

MATÉRIA: “Dispõe sobre Obrigatoriedade de Agências Bancárias e Shopping Centers, de nosso Município, da Presença de um Profissional Capacitado para se Comunicar em Língua Brasileira de Sinais – Libras. ”.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 25/04/2017, com entrada na Sala das Comissões no dia 26/04/2017.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo obrigar as Agências Bancárias e Shopping Centers a contratar um profissional em Língua Brasileira de Sinais – Libras para atendimento ao público.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, 04 de maio de 2017

Presidente (em exercício) : Ver. Martins Lima Filho _____

Relator: Ver. Wilton Afonso Dias Soares: _____

Suplente/Presidente – Domingos Edmilson Magalhães: _____